

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MF = (10,00)
D.01

**O MOVIMENTO DE 1817 NA HISTORIOGRAFIA
CLÁSSICA NORTE-RIOGRANDENSE**

MARCONE SILVA DA COSTA

NATAL/1999

X

MARCONE SILVA DA COSTA

**O MOVIMENTO DE 1817 NA HISTORIOGRAFIA
CLÁSSICA NORTE-RIOGRANDENSE**

*Monografia apresentada à disciplina Pesquisa
Histórica II, ministrada pela Professora Denise
Mattos Monteiro, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
sob a orientação da Professora Denise Mattos
Monteiro*

NATAL/1999

À Leonisa

AGRADECIMENTOS

Às professoras Denise Monteiro, Fátima Lopes e Aurinete Girão.

Aos amigos Iago Henrique, Marluce Lopes e Altamir da Costa Marinho

Aos parceiros nos momentos de dúvidas e angústias, Wanderley dos Anjos e José Mendes.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
1 – 1817 E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	05
2 – 1817 E A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE- RIOGRANDENSE	12
2.1 – 1817 e Rocha Pombo	12
2.2 – 1817 e Tavares de Lira.....	17
2.3 – 1817 e Câmara Cascudo.....	21
3 – MATRIZES TEÓRICAS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIOGRANDENSE	23
3.1 – Evolução dos estudos históricos no Brasil.....	23
3.2 – “ <i>O sentimento da terra, não é menos que uma forma do culto da pátria</i> ”; “ <i>tenta-se evocar como nasceu a Capitania do Rio Grande.</i> ”.....	25
3.3 – Aspectos privilegiados pela historiografia clássica norte-riograndense a respeito de 1817.....	29
CONCLUSÃO	34
BIBLIOGRAFIA.....	36

INTRODUÇÃO

Em 1817, eclodiu nas ruas de Recife um movimento revoltoso que visava libertar o Brasil de Portugal e instalar a República em Pernambuco. Fruto da insatisfação dos comerciantes, padres e intelectuais com a situação de exploração do Brasil por Portugal e do privilégio de que gozavam os grandes comerciantes portugueses, o movimento teve uma efetiva participação popular, o que incomodava às elites que o dirigiram. Por mais de dois meses Pernambuco se constituiu numa província independente, desafiando o poder da corte portuguesa no Brasil. Três outras províncias aderiram ao movimento: Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A “Revolução” Pernambucana de 1817, termo utilizado pelos historiadores sem grandes controvérsias, à exceção de Carlos Guilherme Mota, que propõe o termo insurreição¹, foi sufocada pelas tropas reais vindas do Rio de Janeiro e da Bahia, sendo seus principais líderes presos e alguns executados.

Na análise de alguns historiadores, como Emilia Viotti da Costa e Carlos Guilherme Mota², o insucesso do movimento de 1817 se deveu, em grande medida, às restrições de seu liberalismo, ou seja, as elites dirigentes temiam o caráter popular que podia vir a nortear o processo revoltoso, o que ajuda a explicar o afastamento destas elites quando a repressão se fez sentir. Contudo, o movimento foi capaz de instituir um novo governo, decretar a extinção de impostos, estabelecer a liberdade religiosa e de imprensa e a igualdade entre os cidadãos.

No Rio Grande do Norte, o movimento, segundo Augusto Tavares de Lira, foi promovido por André de Albuquerque “[...] *Fidalgo e cavaleiro da casa real; coronel de milícias, rico proprietário, que assumiu todas as responsabilidades dele decorrentes.*”³

1817 é um tema muito valorizado pela historiografia norte-riograndense. Em 1908, apenas 6 anos após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, foi publicado o trabalho de Izabel Gondim (Sedição de 1817 na capitania ora Estado do Rio Grande do Norte), onde a autora tentou recriar os pormenores do movimento. Já o IHGRN, em 1917, dedicou-se totalmente às comemorações do centenário do movimento, elegendo o Padre Miguelinho personagem maior da história do Rio Grande do Norte.

¹ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: Estrutura e argumentos.*

² COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva.* / MOTA, Guilherme. *Nordeste...* Op. Cit.

³ LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte.* p.214

Tavares de Lira e Rocha Pombo ao escreverem suas “Histórias do Rio Grande do Norte” publicados em 1921 e 1922, respectivamente, trataram de seguir os passos de Isabel Gondim e do IHGRN, o que não foi diferente com a terceira “História do Rio Grande do Norte”, a de Câmara Cascudo, publicada em 1955.

A intenção de se fazer um estudo historiográfico sobre o tema escolhido – no caso o movimento de 1817 – deveu-se à percepção da grande valorização deste fato histórico pela historiografia clássica norte-riograndense, o que, pressupomos, significou (e continua significando) a tentativa de se estabelecer, do ponto de vista histórico, as especificidades do Rio Grande do Norte frente aos demais estados, ou seja, uma “identidade” norte-riograndense.

A historiografia brasileira tem sofrido renovações nas últimas décadas, renovações estas, que, indubitavelmente, estão ligadas à multiplicação dos cursos de pós-graduação em História, no Brasil, o que ocorreu na segunda metade deste século.

A História Regional é exemplo desta renovação. Propondo a discussão de novas bases teóricas – inclusive do próprio conceito de região - para se pensar as “Histórias estaduais” a História Regional preocupa os historiadores desde fins da década de 70 e mais intensamente a partir dos anos 80. Ilustrativo e este respeito foi a realização do XIII Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História, em Curitiba (1985), que priorizou a discussão da relação entre Região e História. Segundo Takeya “ [...] a partir dele – o Simpósio - , delineou-se a proposta de uma História Regional assentada em novos pressupostos teórico-metodológicos segundo os quais, em essência, a região é um espaço social historicamente construído [...]”⁴. Para a autora, a História Regional apresenta uma dupla possibilidade: a de testar a validade das “macro-análises”, comuns na historiografia brasileira, e a de “[...] [ampliar o] conhecimento histórico sobre a evolução de diferentes regiões brasileiras e, sobretudo, sobre as relações que elas vêm estabelecendo entre si. Neste campo, são grandes as lacunas exigentes em nossa historiografia [...]”⁵.

O presente trabalho procura inserir-se nesse esforço renovador, considerando que para tanto é necessária uma avaliação crítica do que foi produzido pelos nossos historiadores, o que significa uma análise historiográfica, “[...] etapa fundamental no processo histórico de identificação dos problemas e perspectivas da elaboração de uma ‘História do Rio Grande do Norte’, [...] a urgência dessa reflexão crítica, encaminhadora

⁴ TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: Questões metodológicas. *Caderno de História*. v. I, n. 1. p. 8

⁵ *Ibid.*, p. 9

de novas abordagens, está na razão direta do risco de reproduzirmos indefinidamente um 'saber' cristalizado, incapaz de responder a perguntas de nosso tempo [...]'⁶.

Creemos poder contribuir com este trabalho, para os esforços de renovação dos estudos históricos sobre o Rio Grande do Norte, estabelecendo um quadro analítico da historiografia clássica norte-riograndense a respeito de 1817 avaliando o tratamento dado por esta historiografia a questões como a participação popular e as razões da adesão do Rio Grande do Norte a um movimento iniciado em Pernambuco. Interessa-nos investigar se esta historiografia estabelece relações entre o quadro político-econômico e social da capitania e as razões da adesão ao movimento pernambucano, e se não o faz por quê?

Neste sentido, objetivamos estabelecer um quadro analítico e avaliativo do tratamento dado pela historiografia clássica norte-riograndense ao tema do movimento de 1817, analisando as matrizes teóricas desta historiografia e contextualizando-a historicamente no conjunto da historiografia brasileira.

Para tanto, dividimos o trabalho em três partes. Na primeira tratamos da evolução dos estudos históricos a respeito de 1817. Na segunda abordamos o que escreveram Lira, Pombo e Cascudo sobre o movimento de 1817, e na terceira e última parte, discutimos as matrizes teóricas e constextualizamos a historiografia clássica norte-riograndense.

Por se tratar de um estudo historiográfico, nosso trabalho tem base apenas bibliográfica. Neste sentido, seguimos três etapas de leitura da bibliografia, de forma simultânea e comparativa: leitura e fichamento da bibliografia mais geral sobre o movimento de 1817, leitura e fichamento da bibliografia regional a respeito deste movimento, leitura e fichamento de obras da historiografia local, especificamente os trechos que tratam de 1817.

Uma última consideração diz respeito à denominação do episódio de 1817. Utilizamos o conceito de MOVIMENTO e não REVOLUÇÃO por considerarmos que o fato histórico ocorrido em Pernambuco, e também no Rio Grande do Norte, não significou a transformação das estruturas sócio-econômicas das sociedades dessas duas províncias.

⁶ Loc. cit.

1 – 1817 E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

No conjunto da historiografia brasileira, o movimento de 1817 tem sido tema privilegiado existindo sobre ele um número significativo de obras.

No século XIX, foi editado um relato de um participante ativo no movimento. Referimo-nos ao livro "*História da Revolução de Pernambuco de 1817*", de Muniz Tavares, publicado pela primeira vez em 1840, onde o autor deixa claro sua posição antiabsolutista e anticolonialista, ao mesmo tempo em que desconfia da atuação do "povo", visão representativa dos setores dominantes entre os quais pode ser incluído.⁷

Em 1877, na sua "*História Geral do Brasil*", o historiador Francisco Adolfo Varnhagen considerou o movimento de 1817 uma ameaça à integridade nacional. Dessa forma condenou-o, a ponto de desejar deixar de fora de suas análises sobre o Brasil.⁸

Tanto os relatos do cronista Muniz Tavares como do historiador Varnhagen são considerados por Leite⁹ como parte de uma mesma perspectiva, qual seja, a de valorizar, cada um a seu modo, a elite proprietária, de maneira a não alterar a abordagem elitista a respeito da sociedade brasileira.

Nas primeiras décadas do século XX, foram publicados trabalhos que de maneira episódica detalharam os acontecimentos que ocorreram em Pernambuco e capitânicas vizinhas entre 1817 e 1824. Entre eles, se destacam "*Dom João VI no Brasil (1808-1821)*", livro de Manuel de Oliveira Lima publicado em 1908 no Rio de Janeiro; "*Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*", de Gomes Carvalho publicado em 1912; "*A Confederação do Equador*", de Ulisses Brandão livro publicado em 1924 no Recife, além das notas introdutórias de José Honório Rodrigues aos "*Documentos Históricos*" da Biblioteca Nacional e "*O Império Brasileiro (1821-1889)*" de Oliveira Lima.¹⁰

Em 1960 foi publicado o texto de Amaro Quintas intitulado "*A Agitação Republicana do Nordeste*". Nele, o autor informa que a preparação do movimento de 1817 foi responsabilidade, em grande medida, da atuação das sociedades secretas,

⁷ LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817*. p. 25.

⁸ *Ibid.*, p. 26

⁹ *Ibid.*, p. 27

¹⁰ MOTA, Carlos Guilherme. O processo de independência no nordeste. In: *Idem. 1822 Dimensões*, p. 212

“Eram núcleos, necessariamente secretos, [...] tendo uma finalidade clara e precípua, que era a da libertação nacional, a da extinção do colonialismo. Tanto se nos afigura real que os europeus eram expurgados do seu seio.”¹¹

A explosão do movimento, segundo Quintas, foi precipitada devido à denúncia que se fez chegar aos ouvidos do então governador de Pernambuco Caetano Pinto Montenegro, dando conta de que se articulava naquela capitania um conspiração contra o governo.

O governador Caetano Pinto, segundo julga Quintas, agiu com precipitação articulando a repressão a civis e militares envolvidos, o que resultou na morte do Brigadeiro Barbosa de castro e do Tenente-Coronel Alexandre Tomás.

O que se seguiu de importante a tudo isso foi a instalação de um Governo Provisório, como nos informa Quintas,

“No dia 7 [de março de 1817] o golpe de Estado estava consumado: realizara-se com surpreendente rapidez e eficiência [...] E no mesmo dia é constituído um governo provisório de cinco membros, à maneira do Diretório da França, em 1795. O Padre João Ribeiro, representando o clero, Domingos José Martins, o comércio, José Luís de Mendonça, a magistratura, Mamel Correia de Araújo, a agricultura, e Domingos Teotônio Jorge, as forças armadas [...] O padre Miguelinho [...] ficava como secretário.”¹²

Mas este governo estava longe de ser homogêneo. Neste sentido, Quintas narra o episódio em que José Luís de Mendonça propõe uma solução moderada para o movimento, que manteria por algum tempo a fidelidade à monarquia, o que de imediato foi repellido pelo Capitão Pedro Pedroso, insuflado por Domingos José Martins.

Fazendo uso das palavras de Oliveira Lima, Quintas entende este episódio como sendo “a expressão de atitudes revolucionárias antagônicas”¹³ e conclui,

¹¹ QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, t.2, v.3, p. 209.

¹² *Ibid.*, p. 218-219

¹³ *Ibid.*, p. 219

*"Hoje figuraríamos o caso como um choque de esquerda e direita, sendo os dois chefes republicanos dessas posições. A de Pedroso seria mais radical: a da extrema esquerda."*¹⁴

As medidas iniciais do governo provisório giraram em torno da adoção do sistema republicano, além da elaboração de uma Lei Orgânica onde estavam assentadas as garantias de liberdades individuais como de opinião, de imprensa e religião, embora ficasse oficializada a religião católica, o que é compreensível num movimento em que a presença do clero foi muito forte.

A respeito da irradiação do movimento pelas demais capitânicas nordestinas, Quintas considerou que a adesão da Paraíba foi fácil, e o movimento foi vitorioso a 16 de março.

No Rio Grande do Norte, nas palavras desse autor,

*"Coube a iniciativa ao coronel de milícias e rico senhor de engenho André de Albuquerque Maranhão e a 28 de março se constituiu a junta provisória, contando com a colaboração, dentre outros, de João Ribeiro de Siqueira Aragão, Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque (depois um dos tráfugas da revolta e chefe da contra-revolução) e o Padre Feliciano José Dornelas."*¹⁵

Quintas ainda narra a derrocada do movimento, informando que o Tribunal da Alçada presidido pelo Desembargador Bernardo Teixeira de Carvalho agiu com bastante crueldade para com os réus.

Uma nova corrente historiográfica, da qual são representativos os trabalhos de Emília Viotti da Costa¹⁶ e Carlos Guilherme Mota¹⁷, partiu de pressupostos teóricos diferentes para a interpretação dos movimentos políticos de nossa história, considerando que "na contradição interna do processo histórico brasileiro [é que se encontra] a explicação para o movimento de independência"; assim como para os movimentos que o antecederam, como o movimento de 1817.¹⁸

¹⁴Loc. cit.

¹⁵Ibid., p. 220

¹⁶COSTA, op. Cit., p. 64

¹⁷MOTA, Carlos Guilherme. *O processo... Op. Cit.*

¹⁸PRADO JR, Caio. Apud COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.*, p. 65

Costa, em sua crítica historiográfica, considera que os trabalhos até então escritos sobre 1817 podem ser considerados como,

“Atendo-se aos documentos testemunhais, preocupando-se quase que exclusivamente com acontecimentos políticos [...] limita-se [...] à descrição mimíscia de episódios e personagens mais em evidência no cenário político, fazendo uma crônica pormenorizada dos sucessos que antecedem o sete de setembro.”¹⁹

Nessa linha de interpretação de Costa e Mota, o movimento de 1817 teria sido a expressão de um aguçamento das contradições do Antigo Sistema Colonial e de uma crescente *“descolonização das consciências”*²⁰. Neste sentido, o movimento enquadrar-se-ia num contexto amplo que incluía os esforços de ruptura brasileira em relação à metrópole e um ideário político republicano.

Para Mota, 1817 e os eventos ocorridos nos anos seguintes em Pernambuco compõem um conjunto cujo significado seria *“[...] de afirmação de uma primeira camada dirigente nacional.”*²¹

Uma interpretação presente tanto na obra de Costa como de Mota é de que havia uma simpatia por parte das elites nativas com relação às novas idéias difundidas pela *“ilustração”* europeia. Para Emília Viotti, por exemplo, o ganho de consciência destas elites teria se dado no decorrer das lutas que no final do século XVIII no Brasil questionavam o regime de monopólios,

“As críticas feitas na Europa pelo pensamento ilustrado ao absolutismo, assumem, no Brasil, o sentido de crítica ao sistema colonial. No Brasil, ilustração é, antes de mais nada, anticolonialismo; criticar a realza, o poder absoluto do rei, significava lutar pela emancipação dos laços coloniais.”²²

Já Carlos Guilherme Mota identifica, na presença inglesa no nordeste no período que antecedeu a independência e na formação de uma *“elite modernizante”* no país, as

¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 64

²⁰ MOTA, Op. Cit., p. 213

²¹ Ibid., p. 214

²² COSTA, op. Cit., p. 73

raízes de uma forma de pensamento revolucionário que preparou os ânimos para o movimento de 1817,

“A presença inglesa ia se impondo nos diversos níveis da vida do nordeste [...] ao benefício que muitos negociantes tivera, com a abertura dos portos e os tratados de 1810 correspondia à modernização das elites nativas.”²³

Segundo inferimos da leitura dos textos de Costa e Mota, o episódio de 6 de março de 1817 em Pernambuco teria sido o desdobramento das transformações que se verificaram nos níveis materiais e mentais da sociedade nordestina em seus estratos dominantes.

A importância do movimento de 1817 na História do Brasil pode ser medida pela afirmação de Mota que o define como sendo *“a maior insurreição havida no mundo luso-brasileiro até então, abrangendo quase todo nordeste”²⁴*. Emília Viotti considera-o o mais importante dentre os movimentos revolucionários e conspiratórios contra a coroa portuguesa, fruto da influência das idéias liberais que remontam ao século XVIII.

Mas é igualmente Emília Viotti que reconhece os limites do liberalismo e do nacionalismo no Brasil. Para a autora enquanto na Europa as idéias ilustradas serviam como arma dos que lutavam contra o Antigo Regime e seus entraves para a afirmação do modo de vida burguês, no Brasil estas idéias importadas se adequaram a uma estrutura sócio-econômica alicerçada na grande propriedade monocultora e escravista. 1817, enquanto movimento que objetivava romper os laços da dependência colonial e alimentava-se destas idéias européias, refletia estas limitações. Então, as idéias que serviram na Europa à luta da burguesia contra a nobreza e constituíam um movimento claramente anti-clerical, serviram no Brasil a uma numerosa parcela de proprietários rurais que nem cogitava da possibilidade de abrir mão do trabalho escravo. Segundo Emília Viotti, a escravidão constituiu o limite do liberalismo no Brasil, ao mesmo tempo em que o movimento de 1817 foi marcado pela forte presença de membros do clero. Dessa maneira,

“Liberalismo significava nesta fase a liquidação dos laços coloniais. Não se pretendia reformar a estrutura colonial de produção, não se tratava de mudar a estrutura da sociedade [...] do que se cuidava era libertar o país do jugo das

²³ MOTA, Op. Cit., p. 208

²⁴ Ibid., p. 205

*restrições coloniais [...] libertar o país dos entraves opostos ao livre comércio. É menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano.*²⁵

Portanto, para a autora, o movimento de 1817, refletindo o limite do liberalismo e nacionalismo dos movimentos pró-independência, propunha o rompimento dos laços coloniais, com a manutenção da estrutura de produção.

No nosso entender, abordando dessa maneira 1817, a autora deveria, então, questionar o termo “revolução”, dado tradicionalmente a um movimento com as características acima descritas, o que ela não faz em seus escritos sobre 1817. Este termo seria o mais adequado? A discussão não é apenas semântica, inscrevendo-se antes numa questão ideológica, qual seja a de que os movimentos que se propõem revolucionários implicam numa radicalidade capaz de transformar as estruturas econômicas, políticas e sociais, o que não é o caso de 1817, o que a própria autora infere.

Carlos guilherme Mota refere-se a 1817 como tendo sido uma insurreição, por ter sido empreendida por setores diversos da sociedade, mas dirigida por uma elite com tendências liberais (apesar de não discutir o teor deste liberalismo, como faz Emília Viotti), não democráticas (aqui correndo todos os riscos de anacronismos) e com um cunho nacionalista.

Os textos de Emília Viotti da Costa e Carlos Guilherme Mota inscrevendo-se num conjunto de esforços de renovação dos estudos históricos no Brasil, cujo iniciador, foi, sem dúvida, Caio Prado Jr., abriram enormes caminhos para que novos trabalhos fossem elaborados.

De maneira que, desde o final dos anos de 1980, novas pesquisas surgiram no âmbito acadêmico pernambucano especificamente sobre 1817. Destacam-se os trabalhos de Glacyra Lazzari Leite²⁶, editado em 1988, e Socorro Ferraz²⁷, lançando em 1996. Portanto, trabalhos bem recentes, que apesar de reconhecerem os méritos dos estudos anteriores, ampliaram o enfoque a respeito de 1817 como afirma Leite,

“A nosso ver os estudos sobre o movimento de 1817 não esgotaram o assunto, assim como não podemos dizer que o fizemos [...] Entretanto, os trabalhos acima

²⁵ COSTA, Op. Cit., p. 93-94

²⁶ LEITE, Glacyra Lazzari, Op. Cit.

²⁷ FERRAZ, Socorro. Liberais & Liberais

mencionados [dentre eles, os de Amaro Quintas, Emilia Viotti e Guilherme Mota] ressentem-se da falta de informações mais definidas sobre a economia e a sociedade naquele momento histórico. Desta forma, através da pesquisa empírica podemos contar com informações fundamentais que nos possibilitaram chegar às conclusões aqui apresentadas.”²⁸

Já Socorro Ferraz, interessada na influência que as concepções liberais tiveram no século XIX em Pernambuco, rastrea a gestão destas concepções através dos escritos de Silvestre Pinheiro Ferreira, José Bonifácio e Frei Caneca, e afirma,

“Se quisermos ultrapassar a simples descrição das rebeliões urbanas na primeira metade do século XIX, em Pernambuco, que são parte do objeto deste estudo, e tentar explicá-las, que é nosso principal objetivo, devemos efetuar uma análise concreta a partir de um esforço de teorização e relacioná-los a um conjunto de princípios gerais, desde que, compreendemos a história não como um simples suceder de fatos mas como um processo contínuo da sociedade, articulado entre o antigo e o novo.”²⁹

²⁸ LEITE, op. Cit., p. 32

²⁹ FERRAZ. Op. Cit. p. 28

2 - 1817 E A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIOGRANDENSE

Segundo Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, em seus livros sobre a História do Rio Grande do Norte, o movimento de 1817 ocorreu com a prisão do então governador da capitania, José Inácio Borges, pelo coronel de milícias e proprietário do Engenho Cunhaú André de Albuquerque Maranhão. Esse fato teria ocorrido no dia 25 de março de 1817.

No dia 28 de março, André de Albuquerque entrou com sua tropa na capital formando no dia seguinte o governo republicano, que contava ainda com o Capitão de Infantaria Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, coronel de milícias José Joaquim do Rego Barros, capitão de milícias Antônio da Rocha Bezerra e o padre Feliciano José Dornelas. Este Governo, ainda segundo os autores supracitados, durou até 25 de abril de 1817, quando uma articulação feita pelos próprios componentes do governo republicano, encabeçado entre outros pelo capitão Antônio Germano, resultou na invasão do palácio do governo e prisão de André de Albuquerque que, ferido, foi levado para a Fortaleza dos Reis Magos, onde morreu no dia seguinte, tendo sido sepultado na Igreja Matriz. Neste mesmo dia, ou seja 26 de abril, formou-se um governo interino que governou a Capitania até 17 de junho quando José Inácio Borges reassumiu o poder.

Vistas de conjunto, portanto, as informações que dão Lira, Pombo e Cascudo sobre 1817 são as mesmas. A seguir, observaremos mais detalhadamente, a visão de cada um deles sobre o movimento.

2.1- 1817 e Rocha Pombo

Rocha Pombo dedica um capítulo específico (o décimo nono) de sua "*História do Estado do Rio Grande do Norte*" (publicado em 1922 no Rio de Janeiro) aos acontecimentos de 1817.

Inicia falando da preparação que o movimento de 1817 teve nas capitanias do nordeste, entre elas o Rio Grande do Norte,

“Em toda parte, a melhor gente da terra parecia sentir chegado o momento em que não era mais lícito a ninguém continuar, em criminosa passividade, a sofrer os vexames e os antigos males do regimen colonial.”³⁰(grifo nosso)

As capitanias do nordeste estavam em constante comunicação através dos que, estando à frente dos acontecimentos, articulavam-se em lugarejos afastados para não despertar a atenção das autoridades. “Homens de mais valia” como a eles se refere Rocha Pombo, que em seguida informa,

“No Rio Grande do Norte, o chefe de mais prestígio, tanto pela posição quanto pela família, era o coronel de cavalaria miliciana André de Albuquerque Maranhão, grande proprietário, senhor de engenho, e seguramente das maiores fortunas da capitania naqueles tempos.”³¹

Rocha Pombo descreve André de Albuquerque como sendo “inteligente”, “perspicaz”, “franco” e “sincero”, realçando-lhe o sentimento de “justiça” e “instinto liberal”, além de ser membro de uma numerosa e influente família que contava com componentes em todo o nordeste. Tudo isso contribuiu para que André de Albuquerque reunisse em torno de si figuras influentes na capitania tais como o coronel Joaquim José do Rego Barros, Manoel Ignácio Pereira do Lago, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Padre João Damasceno Xavier Carneiro, Feliciano José Dornelas (vigário da capital) e Antônio de Albuquerque Montenegro (vigário de Goianinha), todos envolvidos no governo provisório que se estabeleceu depois.

Anos antes de 1817, afirma Pombo, já se “preparava o espirito das populações para o levante”.³²

O clima de insubordinação, segundo esse autor, atingia até os mais comprometidos com o Rei de Portugal, como José Inácio Borges, governador da capitania do Rio Grande do Norte no momento da eclosão do movimento. A suspeita em torno deste personagem era devido à sua proximidade, em Pernambuco, com figuras como o Padre João Ribeiro, um dos líderes do movimento pernambucano. Para Rocha Pombo,

³⁰ POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. p. 237

³¹ *Ibid.* . p. 238

³² *Ibid.* . p. 239

“Em suma, o que é facto é que ainda hoje a sua conduta é muito discutida. Qualquer, porém, que venha a ser o juízo definitivo da história, não affectará um ponto que está perfeitamente liquidado e que parece envolver tanto Borges como Miranda Montenegro [governador de Pernambuco] numa nuvem, si não propriamente de suspeita, ao menos de umas desconfianças que se não desfizeram até hoje...”³³

Rocha Pombo, portanto, põe em dúvida a lealdade de Inácio Borges à Monarquia, o que tem destaque em sua narrativa sobre as circunstâncias em que ocorreu o movimento de 1817.

Segundo o autor, logo que soube do que aconteceu em Pernambuco, Borges, através de comunicação dos chefes do movimento, “ [...] *aviso confidencial do que se passara em Recife no dia 06 de março*”³⁴, fez saber a toda capitania o rompimento de laços em relação a Pernambuco. Mas não só isso. Segundo Pombo, Borges parecia expressar comedimento em suas providências, para sentir os ânimos dos chefes de forças armadas e “[...] *principalmente do mais prestigioso de todos, o coronel André de Albuquerque.*”³⁵

Recebendo ordens de Inácio Borges, André de Albuquerque prometeu guardar a divisa da capitania com a Paraíba, enquanto, segundo Pombo, reunia forças para agir em adesão ao movimento. Mandou, então, um ofício a Inácio Borges dando conta do cansaço de alguns soldados e oficiais de seu regimento. Rocha Pombo assim interpreta esse fato:

“Esta nota serviu de pretexto para o grande erro que o Capitão-mor vai commeter, e do qual nunca se pode justificar comquanto por isso muito se esforçasse. Pretexto, sim, é o que foi, e não motivo legítimo para que Borges tomasse a estranha resolução de ir em pessoa procurar no seu quartellem Cunhaii aquele homem, que estava cercado de forças fiéis, e que era figura oracular na poderosa familia e em toda capitania. É, pois, mais do que provável que – ou de conluio já com André, ou para não arriscar no lance um attitude decisiva sem estar de acerto

³³ Ibid., p. 241

³⁴ Ibid., p. 242

³⁵ Ibid., p. 243

com o mesmo – é que o capitão-mor se põe a caminho, deixando apenas em Natal o capitão Germano com a pequena força de guarnição.”³⁶

O autor descreve em detalhes a visita que Inácio Borges fez a André de Albuquerque. Durante esta visita, ainda segundo Pombo, Borges teria tentado convencer André de Albuquerque das vantagens da monarquia e da lealdade ao Rei. Sabendo disso o padre Antônio Montenegro “ [...] enfurecido, ‘increpa-lhe [à André de Albuquerque] a covardia de não ter prendido o seductor”³⁷ o que André de Albuquerque prontamente atende. Para prender Inácio Borges, André de Albuquerque contou com mais de 400 homens além do regimento de cavalaria miliciana. Esta informação Pombo recolhe da memória que Borges escreveu sobre o assunto.

Foram chamados à presença de André de Albuquerque oficiais e funcionários do governo de Inácio Borges, para em seguida marcharem para a capital da província, o que ocorreu no dia 28 de março de 1817.

Segundo Rocha Pombo,

“Mas deveriam Ter tido logo a mais cruel desilusão os chefes revolucionários. O povo mais curioso e assustado do que propenso aos mesmos entusiasmos daquelas almas. Uma quasi apathia geral sentiam em toda a cidade, como no interior da capitania.”³⁸ (grifos nossos)

Instalado o governo republicano em natal, buscou-se ampliá-lo e estendê-lo a outros pontos da capitania: Vila Flôr, Arez, Goianinha e, principalmente, Portalegre.

Porém, André de Albuquerque encabeçando um governo que segundo Pombo, não tinha unidade de posições, ou seja, a grande maioria dos seus componentes tinha posições monarquistas e outros republicanos, ficou isolado passando a se amparar nas tropas vindas da Paraíba e comandadas por José Peregrino. Segundo Rocha pombo, André de Albuquerque cometeu “...o imperdoável erro de não ganhar ao menos a afeição dos

³⁶ Ibid., p. 245

³⁷ Ibid., p. 246

³⁸ Ibid., p. 248

*soldados do presidio: o que ser-lhe-ia fácil mediante certas liberalidades, sendo homem de fortuna.*³⁹

Percebe-se portanto, que se Rocha Pombo pudesse naquele momento aconselhar o personagem teria sugerido a distribuição de “agrados” para conquistar a simpatia ao novo governo.

Assentadas assim em bases muito frágeis, segundo Rocha Pombo, a autoridade de André de Albuquerque não tardaria a ser combatida. O afastamento das tropas de José Peregrino, convocado às pressas à Paraíba detonou a contra-revolução que vinha sendo tramada e é assim descrita por Rocha Pombo:

“Um grupo de mercenários, já prompto para isso, saiu pelas ruas aos gritos de – ‘viva el-rei nosso senhor’. Acudiu a força de Antônio Germano, com quem tudo se concertara; e a essa turba vão logo juntar-se os companheiros de André, como si naquelle momento sacudissem heroicamente um jugo que os oprimia [...] A um signal dado pelo sino da matriz, os restauradores da majestade ultrajada, seguidos da tropa e do povo, dirigem-se para o palácio do governo, e o invadem de tropel [...] na sua surpresa e espanto, levanta-se o coronel, talvez para defender-se ou para evadir-se, quando é mortalmente ferido de um golpe à traição; e assim mesmo é preso e carregado de ferros, e metido no calabouço da fortaleza, dos reis, conde faleceu na manhã seguinte.”⁴⁰ (o grifo é nosso)

O que se seguiu foi a reorganização da capitania na legalidade que havia sido abalada. Estabeleceu-se um governo interino até o retorno de José Inácio Borges, tendo havido ainda resistência em alguns pontos do interior, mas posteriormente abafada.

A devassa no Rio Grande do Norte não apresentou os mesmos rigores de violência que apresentou em outras capitanias. Isso se deveu, segundo Rocha pombo, a várias circunstâncias,

“Antes de tudo, aquella ‘ilusão da liberdade’ ali foi perfeitamente inoxia. A revolução não sacrificou pessoa alguma; [...] Além disso, a reação se fez pelos próprios que tinham acompanhado o chefe do movimento, sobre quem cahiu toda a

³⁹ Ibid., p. 252

⁴⁰ Ibid., p. 254-256

culpa do ultraje feito à lei. Foi o misero André de Albuquerque por isso mesmo, o único martyr da idéia republicana ali...⁴¹

Conclui Rocha Pombo, então, reafirmando a insinuação de envolvimento de Inácio Borges,

"Este de certo, não só não teria graves queixas contra os que o haviam deposto, como é provável que se não sentisse com muita coragem de punir em outros um culpa de que em consciência talvez se apercebesse de não estar de todo isento."⁴²

2.2. 1817 e Tavares de Lira

Em seu livro *História do Rio Grande do Norte* (publicado em 1921 pela Tipografia Leuzinser no Rio de Janeiro), Tavares de Lira faz uma rápida introdução ao movimento de 1817 onde põe em suspeita o posicionamento do então governador da capitania José Inácio Borges. Teria sido levado a uma posição de *"...simpática expectativa, ante os sucessos que se desenrolavam."*⁴³

Em seguida passa a expor os acontecimentos, segundo ele, desde a sua origem.

Na sua compreensão as sociedades secretas, fomentadoras das idéias liberais no Brasil, agregavam dois tipos básicos de componentes; os que levavam os ideais republicanos até às últimas conseqüências, grupo que teria vencido com a vitória momentânea do movimento no Recife, e um outro grupo composto por aqueles "que por sua posição social e fortuna" como foi o caso do coronel de milícias e proprietário do engenho de Cunhaú André de Albuquerque, propunham apenas reformas que *"...correspondessem às aspirações do povo, cansado de tirania e opressões."*⁴⁴

A notícia dos acontecimentos em Pernambuco chegou ao conhecimento de Inácio Borges no dia 9 de março, mas só foi confirmada no dia 12, o que o levou a divulgar uma proclamação declarando o Rio Grande do Norte separado de Pernambuco e reafirmando lealdade à D. João VI.

⁴¹ Ibid., p. 258

⁴² Ibid., p. 259

⁴³ LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 213

⁴⁴ Ibid., p. 214

Citando Dias Martins⁴⁵, Lira afirma ter Inácio Borges adiado a condenação ao movimento de 1817, valendo “[...]a pecha de ‘governador hipócrita’ com que o fulminou o sanguinário Desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, Presidente da alçada [...]”⁴⁶ tendo que se defender mais tarde.

José Inácio Borges aconselhou André de Albuquerque a reforçar as defesas da divisa da capitania com a Paraíba, o que este último fez prontamente, o que Lira interpreta como ganho de tempo para mais tarde André revelar seus verdadeiros planos.

A aproximação de André de Albuquerque com o padre João Damasceno Xavier Carneiro⁴⁷ fê-lo, segundo Lira, abraçar francamente o partido dos republicanos, assim “[...]fez o movimento, foi chefe de governo e morreu em seu posto, sacrificado traiçoeiramente pelo ódio de reacionários inconscientes.”⁴⁸

Um ofício enviado por André de Albuquerque a José Inácio em 22 de março, comunicando o cansaço existente nas tropas, fez este último visitar o sul da capitania. Este passo levou à sua prisão e ao início do movimento.

Citando Muniz Tavares, Lira procura demonstrar que, apesar de Inácio Borges afirmar o contrário, muitas circunstâncias levavam a crer na sua participação no movimento. Isto para Lira é mais evidente ainda devido à visita feita por Inácio Borges a André de Albuquerque, o que além de resultar na prisão daquele teria servido a André para “[...]aproveitando o abandono em que o mesmo deixou a capital, [determinar] que sobre esta avançassem as suas tropas, a cuja frente se colocou mais tarde.”⁴⁹

A detenção do Governador Inácio Borges a 25 de março teria dado início ao movimento e as tropas de André de Albuquerque entraram em Natal no dia 28.

Neste dia, ergueu-se uma bandeira branca (símbolo do movimento) na atual praça André de Albuquerque, sendo no dia seguinte formado o Governo Provisório composto por André de Albuquerque Maranhão, Presidente, o padre Feliciano José Dornelas (vigário de Natal), Joaquim José do Rego Barros (coronel de Milícias), Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque (capitão da 1ª linha, comandante da Companhia) e Antônio da Rocha

⁴⁵ Autor de *Os Mártires Pernambucanos*

⁴⁶ Alçada: responsável pelo julgamento dos réus de 1817. LIRA, op. Cit., p. 217

⁴⁷ Segundo informa Lira, foi vigário de São José de Mipibu. Transferido para a freguesia de UNA em Pernambuco, veio ao Rio Grande do Norte como emissário do governador de Pernambuco quando do movimento de 1817.

⁴⁸ LIRA, Op. Cit., p. 218

⁴⁹ Ibid., p. 224

Bezerra (capitão de Milícia), sendo secretário Guilherme dos Santos Sazes, escrivão da Vila de Extremoz.

Todos, no entanto, depois de reprimido o movimento, negaram ter aceito a nomeação, o que foi confirmado por Inácio Borges em ofício enviado a Luís Rego, Governador de Pernambuco, em 14 de julho de 1817. Nesse ofício se defendia a idéia de que os indicados ao governo provisório só aceitaram essa indicação mediante graves ameaças por parte de André de Albuquerque. Sobre isso escreve Lira

*"[...] é possível, que, no caso, elas tenham sido verdadeiras, porque o nosso espirito repele a idéias de considerar os companheiros de André de Albuquerque, cumplices que se transformaram em algozes, simples espiões e delatores."*⁵⁰

Mas os atos do governo provisório não são passíveis de estudo devido a destruição dos vestígios feita com ordem de Inácio Borges.

Mesmo assim, é possível inferir, segundo Lira, que André de Albuquerque era incapaz de assegurar a consolidação do novo regime pois *"era absolutamente inapto para executar uma grande obra de construção política"*.⁵¹ Não praticou nenhum ato que angariasse simpatias ao novo regime. *"Revelou em tudo a maior incapacidade dirigente [dessa maneira] o seu fracasso era uma questão de mais ou menos dias."*⁵²

A deposição de André de Albuquerque, para Lira, é mais detalhada na obra de Izabel Gondim⁵³. Nela está escrito que no dia 25 de abril de 1817 com o retorno das tropas de José Peregrino para a Paraíba, forças que eram a garantia do governo provisório aqui no Rio Grande do Norte, inicia-se então a contra-revolução. Reúnem-se os monarquistas tendo à frente os componente do governo provisório, como foi o caso de Antônio Germano. Ao sinal acordado – nove badaladas do sino da matriz – o grupo liderado por Germano parte para o palácio do governo onde encontram André de Albuquerque surpreso e sozinho. Depois de um pequeno tumulto, alguém faz uso da espada e fere André de Albuquerque no baixo ventre deixando exposto parte do intestino.

Descrevendo o fato, assim afirma Izabel Goldim,

⁵⁰ Ibid., p. 227

⁵¹ Ibid., p. 228

⁵² Loc. cit.

⁵³ GONDIM, Izabel. Sedição de 1817 na Capitania, ora estado, do Rio Grande do Norte

“Copioso sangue jorrava pela sala, onde afinal exausto de forças, caiu o mártir dos princípios liberais, assim tendo se sacrificado pela emancipação de sua terra, certo de que o sangue dos patriotas é a seiva mais fecunda da árvore da liberdade.”⁵⁴

Ferido, André de Albuquerque é removido para o Forte dos Reis Magos onde fica preso numa cela. Sem nenhuma assistência, morre, sendo transportado no dia seguinte pelas ruas da Ribeira até a Matriz onde é sepultado.

Fazendo uso da minuciosa descrição de Izabel Gondim, Lira destaca as circunstâncias que envolveram a morte e féretro de André de Albuquerque interessando-se na discussão sobre a autoria do crime, a vingança da família Albuquerque Maranhão e o sepultamento de André na Matriz onde, antes de ser enterrado teve o corpo esporeado por João Alvares do Quental, Tesoureiro da capitania.

Uma outra personagem destacada por Izabel Gondim e igualmente por Lira é Ritinha Coelho que teria posto um esteira sobre o corpo de André de Albuquerque quando passava pelas ruas da Ribeira.

Deposto o chefe do governo republicano formou-se um governo interino, sendo o fato comunicado a toda a capitania, o que não evitou uma pequena resistência em Portalegre, resistência incitada, segundo Lira, pelo *“malvado David Leopoldo Targino”*⁵⁵ emissário do governo rebelde da Paraíba que reuniu um pequena tropa e declarou estabelecido um governo provisório em Portalegre. Não durou muito, sendo logo abafado pelas forças de Inácio Bordes.

A respeito da devassa que se instaurou no Rio Grande do Norte, Lira isenta José Inácio Borges de ter agido com crueldade,

“[...]sendo certo que o seu procedimento, embora adstrito aos rigorosos deveres do cargo que exercia, não tocou aos extremos que caracterizaram a ação de outros, que, investido naquele momento de qualquer parcela de autoridade, foram inexoráveis e cruéis.”⁵⁶

⁵⁴ Apud LIRA, op. Cit., p. 229

⁵⁵ LIRA, Op. Cit., p. 235

⁵⁶ Ibid., p. 237

Em seguida Lira faz a relação dos denunciados por crime de lesa-majestade para depois concluir

*"Encerrou-se assim [com perdão ao condenados] o episódio revolucionário de 1817, cuja figura máxima foi André de Albuquerque, que encarnou a república nos dias de triunfo e, aureolado pelo martírio, com ela sucumbiu na hora do desastre."*⁵⁷

2.3 - 1817 e Câmara Cascudo

Câmara Cascudo, em seu livro *História do Rio Grande do Norte* (publicado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro), introduz o tema do movimento de 1817 discorrendo sobre José Inácio Borges. Faz isso para tomar-lhe a defesa ante os "ataques" promovidos por Rocha Pombo e Tavares de Lira contra esse personagem,

*"Rocha Pombo e Tavares de Lira fazem restrições à conduta de José Inácio Borges. Nós, do Rio Grande do Norte, devemos altíssimos serviços a esse pernambucano eminente, vivo, hábil, teimoso, inteligente e patriota."*⁵⁸

Justifica com base na postura de Inácio Borges frente aos réus do processo que se seguiu ao movimento: Borges teria feito tudo que foi possível para atenuar o envolvimento e conseqüente punição desses réus. Assim sendo,

"O papel de José Inácio Borges, a criação de repartições essenciais à vida econômica da Capitania, sua decidida atuação ao lado dos "independentes", sua simpatia notória pelos próprios ex-réus que regressavam das cadeias, sendo um ex-membro do Governo Republicano de 1817, o coronel José Joaquim do Rego

⁵⁷ Ibid., p. 256

⁵⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do rio Grande do Norte*, p. 134

Barros, o presidente da Junta que o substitui, dizem claramente de sua intenção e sentimento. ⁵⁹

Além disso, para Cascudo, Inácio Borges era *“cuidadoso nos dinheiros públicos e ativo na atenção aos interesses gerais.* ⁶⁰

A respeito das origens do movimento de 1817 no Rio Grande do Norte, Cascudo afirma que são as mesmas de outras capitanias. Mas não dá maiores detalhes. E conclui

“Aqui o povo não participou. Não aderiu. Não ajudou. Não defendeu. Numa hora e outra os mesmos membros do Governo Republicano viraram devotos angustiosos do amantíssimo Soberano. ⁶¹

Discorda, Cascudo, do relato de Muniz Tavares de que André de Albuquerque teria dado *“viva El-rei”* no momento de ser preso, afirmando não encontrar em fonte alguma, nem mesmo em versões orais das quais faz uso.

Câmara Cascudo dá destaque ao fato do Rio Grande do Norte tornar-se independente em relação a Pernambuco, à criação da alfândega e à criação da Ouvidoria, desligando-a da Paraíba. Por isso cita o edital de 13 de março de 1817 em que Inácio Borges declara a capitania do Rio Grande do Norte desligada de Pernambuco. Neste sentido, conclui Cascudo,

“Os dois velhos sonhos realizavam-se na independência da Capitania para com Pernambuco e a criação da Alfândega. Esse ato é comunicado a todas as Câmaras da Capitania. ⁶²

⁵⁹ Ibid., p. 135

⁶⁰ Loc. cit.

⁶¹ Ibid., p. 136

⁶² Loc. cit.

3 – MATRIZES TEÓRICAS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIOGRANDENSE

3.1. Evolução dos estudos históricos no Brasil

O século XIX teve, no Brasil, duas etapas importantes do ponto de vista da produção historiográfica. A primeira foi a formação, a partir da independência em 1822, do Estado Nacional Brasileiro, o que implicou na tarefa da produção de uma História Nacional. Significativo neste sentido foi a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, responsável pela gestação e coordenação das tentativas de se escrever uma História Geral do Brasil. Criaram-se então as condições e foram publicadas "*A História do Brasil*" de Robert Southey, em 1862 e a "*História Geral do Brasil*" de Francisco Adolfo Varnhagen em 1877. A Segunda etapa esteve ligada à Proclamação da República em 1889 que trouxe como consequência, para a historiografia, a tentativa de se articular as histórias locais das diversas unidades da federação e suas especificidades, o que provocou a fundação de Institutos Históricos em cada Estado.⁶³

*"Se no Império foi forjada uma historiografia cujo objetivo era estabelecer uma identidade nacional, com o advento da República e a instituição da Federação, os Estados passaram a articular suas histórias locais."*⁶⁴

No entanto, a historiografia brasileira produzida desde o século XIX no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro caracteriza-se por ser pobre em interpretação e rica em documentos e heróis. É uma historiografia segundo Dias⁶⁵, factualista, que narra o fato por si mesmo, desvinculado de todas as relações sociais que o constituem e valoriza o indivíduo ou alguns indivíduos, considerados figuras importantes (geralmente chefes políticos, religiosos ou econômicos, num sentido de enaltecimento exacerbado).

⁶³ Sobre a questão ver: GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. *Estudos Históricos*, n. 1; DIAS, Margarida dos Santos. "*Intrépida ab origine*"; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As Festas que a República Manda Guardar*.

⁶⁴ DIAS, Margarida dos Santos. Op. Cit., p. 41-42

⁶⁵ Ibid, p. 19-20

Esta historiografia passou a ser questionada na década de 1930, já que

*“Até pelo menos a década de 20 o conhecimento histórico e a historiografia brasileira são basicamente os mesmos do século XIX, isto é, guardam as mesmas limitações tradicionais, não tomando no seu conjunto sequer conhecimento do progresso sofrido pelas ciências humanas, nem mesmo, dos estudos históricos em outros países.”*⁶⁶

A década de 1930, marcou o que Mota⁶⁷ chama de “Redescobrimto do Brasil” em termos historiográficos. Isto foi possível, segundo o autor devido à Revolução de 30, além da Semana de Arte Moderna e a Fundação do Partido Comunista (ambos em 1922). Esta conjuntura abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira provocando a ruptura com as explicações autorizadas de Varnhagen, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana, “[...]concepções até então praticamente inéditas[...].”⁶⁸

Dessa maneira,

*“A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimentos do Brasil e de seu passado. Esse momento é marcado pelo surgimento de obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Roberto Simonsen (1937).”*⁶⁹ (grifo do autor)

As obras a que se refere o autor são respectivamente: *Evolução Política do Brasil*, *Casa Grande e Senzala*, *Raízes do Brasil* e *História Econômica do Brasil*, obras que renovaram teórica e metodologicamente a historiografia brasileira.

A evolução dos estudos históricos no Brasil, principalmente com a contribuição de Caio Prado Júnior, representa o abandono de uma visão mitológica para a explicação histórica – representada pela historiografia dos Institutos Históricos – visão cujo enfoque

⁶⁶ LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão*, p. 79-80

⁶⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 28

⁶⁹ *Loc. cit.*

esgotava-se na superfície dos acontecimentos. Com *"Evolução Política do Brasil"* (1933) Caio Prado buscava explicar as relações sociais a partir das bases materiais da sociedade. Segundo Mota⁷⁰ é o início da crítica à visão monolítica do conjunto social. As interpretações de Caio Prado Júnior faz as classes sociais emergirem no horizonte de explicação da realidade social brasileira enquanto categoria analítica.

Nesta perspectiva, os acontecimentos políticos da história do Brasil passavam a ser estudados como sendo resultado do confronto das classes sociais cujos interesses antagônicos faziam-nas entrechocarem-se.

Apesar desta renovação permaneceu sendo praticada no Brasil uma historiografia factualista e positivista no sentido de privilegiar alguns heróis, chefes políticos e ver a sociedade isenta de conflitos.

No Rio Grande do Norte, Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo foram os perpetuadores desse tipo de historiografia, podendo, neste sentido, serem considerados como representantes de uma historiografia clássica norte-riograndense.

3.2. *"O sentimento da terra, não é menos que uma forma de culto da pátria"; "tenta-se evocar como nasceu a Capitania do Rio Grande"*⁷¹

A apresentação ou prefácio de uma obra podem revelar os posicionamentos do autor e aspectos da conjuntura em que a obra foi escrita. No caso da *"História do Rio Grande do Norte"* de Rocha Pombo, publicado em 1922, e *"História do Rio Grande do Norte"* de Câmara Cascudo de 1955 é exatamente isso que acontece. Rocha Pombo expõe as razões de, sendo paranaense, ter aceito escrever uma história sobre o Rio Grande do Norte, enquanto Câmara Cascudo expõe suas opiniões a respeito do papel do historiador ao escrever uma obra histórica.

A consolidação do regime republicano nas primeiras décadas do século XX trouxe a perspectiva de valorização das histórias locais. A descentralização do poder alimentaria o desejo dos Estados de exporem suas especificidades.⁷² Prefaciando a *"História Antiga das Minas Gerais"* de Diogo de Vasconcelos, Francisco Iglésias afirma,

⁷⁰ Loc. cit.

⁷¹ Trechos do prefácio e apresentação dos livros de Rocha Pombo e Câmara Cascudo. O primeiro, prefácio de *"História do Estado do RN"* de Rocha Pombo e o segundo, da apresentação de Cascudo à *"História do RN"*.

⁷² MENEZES, Karla. *O Instituto Histórico e Geográfico do RN (1902-1907)*, p. 14

“Se é constante no Brasil e em outros países, entre nós o interesse cresce na última década dos século XIX e começo do atual com o federalismo instaurado pela República. O papel atribuído aos Estados pelo novo regime nega a centralização do Império: a atenção às peculiaridades locais atende a velhos anseios que se manifestam em lutas durante o período monárquico[...] A obra de Diogo de Vasconcelos inscreve-se na linha geral da época de interesse pelas diferentes partes, teoricamente consagrado pelo federalismo na ordem política da República. Se editado em 1901, 1904 e 1918 a história de Minas, são da mesma época livros dedicados a Pernambuco, ao Ceará, acentando tradição que vinha das memórias do século XVIII sobre São Paulo, o Nordeste, Rio Grande do Sul, continuado no seguinte com os estudos já clássicos de José Fernandes Pinheiro sobre o Rio Grande do Sul, de João Francisco Lisboa sobre o Maranhão, como, ao tempo de Diogo, do Barão de Studart sobre o Ceará.”⁷³

Esta tendência de se escrever as histórias locais seguia, no entanto, ainda segundo Iglésias, a idéia de os estados serem pequenas “pátrias”, idéia que por sua vez era inspirada no positivismo de Augusto Comte, que segundo Iglésias teve seu ponto máximo nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

Não foi noutra perspectiva e conjuntura que as duas primeiras histórias do Rio Grande do Norte, a de Lira de 1921 e de Pombo em 1922, foram escritas. A terceira história do Rio Grande do Norte, de Câmara Cascudo, apesar de ser escrita mais de trinta anos depois, ou seja, em 1955, também manteve esta perspectiva. Seguindo os pressupostos da historiografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – historiografia factualista e positivista – estas obras buscavam a identidade do Rio Grande do Norte no conjunto das demais unidades da federação. A identidade da “pátria” norte-riograndense. Encontraram-na nos “mártires republicanos” do movimento de 1817. Assim é que emergem, na História do Rio Grande do Norte, as figuras de André de Albuquerque e do Padre Miguelinho.⁷⁴

⁷³ Francisco Iglésias apud MACHADO, Maximiano. *História da Província da Paraíba (INTRODUÇÃO)*

⁷⁴ Ver. MENEZES, op. Cit.

“Uma das características básicas do Instituto (RN) nos seus primeiros anos de atividade [como hoje] [foi] o culto aos heróis da pátria norte-riograndense [...] muito sugestivo foi o seu empenho no sentido de promover e organizar o evento em homenagem a Frei Miguelinho, o mártir norte-riograndense da revolução republicana de 1817 [desta maneira] ao proclamar este personagem como ‘o herói dos heróis’ o Instituto evoca também o movimento de 1817 que a nível de campo simbólico era o referencial, do passado, da tradição republicana do Rio Grande do Norte.”⁷⁵

O prefácio de Rocha Pombo à sua *“História do Estado do Rio Grande do Norte”* é bastante ilustrativo a respeito da conjuntura na qual a crença no regime republicano e na importância de se escrever sobre a história dos estados brasileiros era bastante forte.

Neste prefácio, Pombo deixa claro sua opinião de que prestar serviços às unidades da Federação significava ao mesmo tempo prestar serviços à nação. Por isso aceitou a incumbência de escrever uma História do Rio Grande do Norte. E sentencia:

“O que é necessário deixar bem claro, pois, é que este sentimento de regionalismo, tão natural, tão respeitável e tão nobre, só se proscreeve, ou pelo menos perde de intensidade, quando tem de pôr-se em contraste com o auto senso da pátria.”⁷⁶

Portanto, para Pombo o sentimento de regionalismo era “justo” desde que não comprometesse um sentimento maior de amor à pátria. Talvez por valorizar tanto o sentimento de unidade nacional, que significa também preocupação com a unidade territorial, é que Rocha Pombo tinha sido alvo das críticas feitas em 1933 por Caio Prado Júnior sobre o fato de que teria deixado para notas de rodapé em suas obras, movimentos histórico-sociais do porte da Cabanagem, ocorrido no Pará de 1833 a 1836.⁷⁷

Na visão de Rocha Pombo, cada unidade fazendo a sua parte trabalharia para o engrandecimento da nação,

⁷⁵ Ibid., p. 43

⁷⁶ POMBO, Rocha. Op. Cit., p. 9

⁷⁷ Apud MOTA, Idcologia... Op. Cit., p. 94

*"É o que, pela sua parte, faz o Estado do Rio Grande do Norte: na comemoração de 1922 presume elle que se apresente, entre co-irmãos da pátria comum, dizendo o que é, e o que tem feito em pouco mais de três séculos de trabalho."*⁷⁸

Já na apresentação do seu livro, Câmara Cascudo inicia afirmando que ao escrever "*A História do Rio Grande do Norte*" buscou "divulgar" o conhecimento sobre o passado tendo pouco interesse nos "comentários pessoais", que para ele são sempre discutíveis. Observa-se, então, que para Cascudo existe um conhecimento do passado (dado e acabado) que necessita apenas ser resgatado e divulgado pelo historiador.

Em seguida explica,

*"Procura-se, na fórmula interpretativa, explicar a razão de acontecimentos e desenhar a psicologia dos homens que estiveram à frente dos sucessos antigos."*⁷⁹

Ressalte-se neste trecho que Cascudo, por um lado, fala em interpretação e, por outro, que o que interessa a ele são os homens que estiveram à frente dos acontecimentos. Por isso, quando abordou o movimento de 1817 não foi além de Inácio Borges e de André de Albuquerque.

Sobre a "fórmula interpretativa" a que se refere o autor, pela qual busca explicar a razão dos acontecimentos, ela chega em seguida à conclusão que não é possível, já que o historiador depende do documento, que além de suscetível de substituição não garante revelar o fato pelo ângulo verdadeiro. Portanto, se o documento garantisse a veracidade do fato ao historiador seria possível chegar à verdade histórica. Mas já que não é possível – o que podemos inferir das palavras do autor -, não existe fórmula interpretativa em Cascudo.

É interessante observar sobre o uso do documento histórico que Câmara Cascudo não faz referência à documentação que utilizou para escrever sobre 1817. Numa das poucas vezes que comenta suas fontes na página 150, faz referência aos versos populares sobre André de Albuquerque. Afirma ele ter "*A República*", de 18 de maio de 1898, e "*A Gazeta do Comércio*", de 19 de março de 1902, publicado alguns destes versos.⁸⁰

⁷⁸ POMBO, op. cit., (prefácio)

⁷⁹ CASCUDO, Câmara. Op. Cit., (apresentação)

⁸⁰ Observe-se que Tavares de Lira cita o Livro de Registros de Provisões do Senado da Câmara de Natal, a memória escrita por Inácio Borges e a correspondência entre este e André de Albuquerque. Fontes que também Rocha Pombo utilizou além de recorrer a autores como Tavares de Lira, Isabel Gondim e Muniz Tavares.

Por elaborar uma narrativa toda centrada na ação de indivíduos, “dos homens que estiveram à frente dos sucessos antigos”, Cascudo pretende eximir-se de condenar ou absorver os homens que participaram dos acontecimentos do passado.

No segundo parágrafo de sua apresentação, Cascudo escreveu,

*“Esta História do Rio Grande do Norte é uma exposição, uma narrativa, com informações úteis e conclusões dispensáveis [...] escreve-se para narrar e não para provar, ensinou Quintiliano cinco séculos antes de Montaigne [...] com esse critério tenta-se evocar como nasceu a Capitania do Rio Grande [...]”*⁸¹

O critério de que se utilizou Cascudo é de pura e simples narração, onde as conclusões são dispensáveis. Nada mais lógico, já que para o autor se escreve para narrar, não para interpretar.

Em sua apresentação, Cascudo cita o bizantino Procópio, que dizia haver “os secretos motivos da ação”, o velho Strabão, que dizia ser a história o “olho do tempo”, além de Quintiliano, figura de cinco séculos antes de Montaigne, que teria ensinado escrever-se para narrar e não para provar.

Cascudo faz estas “escolhas” quando, no Brasil, poderia contar com referenciais teóricos mais recentes, renovadores da historiografia brasileira, a que já nos referimos.

Conclui a apresentação fazendo a seguinte ressalva: *“E se essa narrativa não ultrapassar os horizontes humanos e naturais, eu desta glória só fico contente...”*⁸²

Então seria possível uma obra ultrapassar os horizontes humanos e naturais?

Percebemos, pois, pela apresentação que Cascudo faz de sua obra, as linhas gerais que nortearam a sua elaboração: uma narrativa que privilegia alguns ilustres participantes dos acontecimentos e que toma o cuidado de não os julgar.

3.3. Aspectos privilegiados pela historiografia clássica norte-riograndense a respeito de 1817

⁸¹ CASCUDO, op. cit., (apresentação)

⁸² Loc. cit.

A partir da década de 1930, como vimos a historiografia brasileira passou por renovações mas, em contrapartida, a historiografia clássica norte-riograndense resguardou os pressupostos da produção dos historiadores anterior a essas novas renovações. Desta maneira, o que Cascudo, Lira e Pombo escreveram sobre 1817 constitui narrativas que privilegiam aspectos comuns: realçam os mesmos lances de heroísmo e dramaticidade, contendo discussões esvaziadas de conteúdo e significado, como por exemplo, a discussão sobre quem teria ferido o “herói” André de Albuquerque.

Ainda assim, o texto de Câmara Cascudo, dentre os três que estudamos, é o que revela mais claramente, os pressupostos da historiografia clássica norte-riograndense. Isto porque deixa explícito não apenas o seu posicionamento a respeito de 1817, como também sua concepção de história e o papel do historiador.

Assim, por exemplo, Cascudo se posiciona a respeito de 1817, após fazer uma verdadeira exaltação da figura de José Inácio Borges :

“1817 foi a mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras.”⁸³ (grifo nosso)

O que está claro neste trecho é o posicionamento aparentemente contraditório de quem precisa exaltar alguns personagens que estiveram envolvidos nos acontecimentos de 1817 sem ter que aceitar a idéia de um “processo revolucionário”. Em outras palavras, o autor mistifica alguns personagens sem comprometer sua posição conservadora perante os eventos políticos. Por isso continua:

“Nenhuma nos emociona tanto nem há figuras maiores em tranqüila coragem, serenidade e compostura suprema, decisão de saber morrer, convencidos da missão histórica assumida e desempenhada. Morrem fazendo frases, dignos, certos de uma participação pessoal no futuro que só se evocaria com a lembrança apaixonada dessas fisionomias graves, fervorosas e enamoradas do idealismo político.”⁸⁴ (grifos nossos)

Em seguida, revela o porquê da inutilidade das revoluções:

⁸³ CASCUDO. op. cit., p. 135

⁸⁴ Loc. Cit.

“Nações e frutas têm sua hora natural da maturação. O encanto das revoluções é a tentativa de apressá-las e promover a velocidade do quadrante do tempo imperturbável. Tôdas as nossas revoluções têm um apaixonante ângulo para o nosso instintivo solidarismo democrático. Mas não coincidiram com o tempo e foram marcando apenas, com sangue, o caminho para a hora transfiguradora. Tivessem vencido? Qualquer uma dessas arrancadas entusiásticas? Estaríamos divididos e minguados, com outra expressão geográfica e outro destino político, com vizinhos e outra história, fatalmente mais inquieta e menor que a nossa.”⁸⁵
(grifos nossos)

Se assim o é, então

“A nossa hora era 7 de setembro de 1822. O Tempo fez voltar os ponteiros adiantados pela revolução e repôs a marcha no ritmo implacável.”⁸⁶

Que análise sociológica interessante! O insucesso de nossas revoluções residiu na falta de coincidência com o seu tempo, que estaria reservado não se sabe por que providência.

As revoluções, portanto, são inúteis, haja visto existir na história uma “entidade” maior que se chama “tempo” e que coloca as ações daqueles que querem “apressar” o tempo nos seus devidos lugares.

As revoluções representam, para o autor, diversos perigos, dentre os quais, ameaças à nossa integridade territorial – uma idéia muito valorizada no século XIX, da construção da unidade nacional –, além de trazer inquietude à sociedade, “diminuindo” a história de uma país.

Nessas condições, o 7 de setembro, então, representa o nosso destino lógico. Grandeza de nossa História que o “Tempo” sábio, inequívoco e verdadeiro fez acontecer.

Percebe-se como o autor privilegia os marcos oficiais de nossa História.

Outro trecho importante onde Câmara Cascudo revela sua concepção de História e do papel do historiador é o que transcrevemos a seguir:

⁸⁵ Loc. Cit.

⁸⁶ Loc. Cit.

“Devemos narrar simples e humanamente os episódios ocorridos há 135 anos passados [referindo-se ao movimento de 1817] sem tentar explicá-los através de mentalidade pessoal. Também não ousei exprobar falta de heroísmo ou ausência de espírito sacrificial àqueles que viveram acontecimentos cujo ambiente e tempo afastou-se de nós para sempre. Muito fácil é aconselhar-se valentia e reprochar-se o pavor aos que temeram e aderiram ante os sucessos terríveis do momento. Prescott assombrava-se com o direito do historiador ‘julgar’. E julgar o passado, mesmo com os depoimentos de fanáticos e céticos, amigos e inimigos, deverá ser feito dentro da condicionalidade humana e natural. Não exijamos virtudes altas ou fixemos defeitos formigantes. Todos êsses personagens foram homens. Não lhes devo lançar minha pedra porque sou homem também e não posso deduzir de como me comportaria em situação análoga.”⁸⁷

Portanto, como para Cascudo (e também Tavares de Lira e Rocha Pombo) o fundamental são as ações que os indivíduos empreendem na história, toma-se o cuidado, ou pelo menos tenta-se, não julgá-los.

Além disso, esses três autores longe de procurarem saber as razões da adesão do Rio Grande do Norte ao movimento republicano iniciado em Pernambuco, dizem apenas que foram “as mesmas” das demais capitâncias nordestinas.

As narrativas escritas por Lira, Pombo e Cascudo sobre 1817 são excessivamente circunstanciais, vinculadas a pormenores que envolveram os personagens privilegiados. Dessa maneira, a única divergência entre eles diz respeito ao posicionamento de José Inácio Borges perante o movimento. Enquanto Lira e Pombo incriminam-no, Cascudo defende-o incondicionalmente.

Nesta historiografia os acontecimentos em torno de 1817 além de desvincula-los das dimensões sócio-econômicas, são personalizados nas ações das principais personagens.

Podemos considerar que, por um lado, uma concepção de história presa à ação dos “heróis” norte-riograndenses de 1817 perde a perspectiva das especificidades do processo revoltoso, o que contribui, por outro lado, para uma postura preconceituosa em relação à participação popular que só é referida, de relance, nos momentos menores da trama. O povo entra na narrativa como mero expectador de quem não se espera muita coisa. Afinal

⁸⁷Ibid., p. 136

de contas, como afirma Rocha Pombo⁸⁸, tudo foi feito “*pela melhor gente da terra*”. Esta é a posição dos que escrevem sempre na perspectiva de retratar as elites dirigentes.

Da leitura que fizemos dos textos de Cascudo, Lira e Pombo é possível afirmar que estes autores produziram uma historiografia estadualizada no sentido de não estabelecerem articulações entre os acontecimentos históricos no Rio Grande do Norte e os a nível regional, nacional e até mesmo internacional. Esta tendência foi muito própria, como vimos, da etapa em que a consolidação da república no Brasil exigia a constituição de identidades locais, o que significa dizer, a busca das especificidades históricas das diversas unidades da federação. O que não significa que tal tendência tenha ficado circunscrita a esta conjuntura. Neste sentido é ilustrativo a seguinte situação:

No prefácio que escreveu para a edição de 1982 da “*História do Rio Grande do Norte*” de Tavares de Lira, seu filho Carlos Lira informa que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, através de sua revista, julgou, quando da morte do “Ministro-historiador”, a História escrita por Rocha Pombo redigida dentro de uma perspectiva mais geral, concluindo: “*A História de Tavares de Lira é mais nossa, mais estadual, mais local. Um volume denso, compacto, de mais de 800 páginas, saído com antecedência do de Rocha Pombo.*”⁸⁹

Constatamos, a partir disso, que pressupostos historiográficos, próprios do século XIX, foram consolidados e cristalizados pela historiografia clássica norte-riograndense, chegando até o presente pela ação de instituições como o Instituto Histórico e pessoas vinculadas a esta historiografia.⁹⁰

⁸⁸ POMBO, op. cit.

⁸⁹ LIRA, Tavares de. Op. cit. Prefácio de Carlos Lira.

⁹⁰ Foi publicado este ano, pela Fundação José Augusto, um dicionário intitulado “PERSONALIDADES HISTÓRICAS DO RIO GRANDE DO NORTE”, enaltecendo as figuras ilustres de nossa história.

CONCLUSÃO

A historiografia clássica norte-riograndense perpetuou e cristalizou um tipo de produção historiográfica que privilegiou a factualidade e a narrativa pura e simples. Identificada com uma matriz teórica positivista e desenvolvida por escritores vinculados direta ou indiretamente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (como também ao brasileiro), esta historiografia, ao abordar os eventos políticos, não ultrapassou a exaltação mítica a alguns personagens que, sozinhos, teriam definido a sorte dos acontecimentos. Isto explica o destaque que Lira, Cascudo e Pombo deram às figuras de José Inácio Borges e André de Albuquerque, quando escreveram sobre o movimento de 1817 no Rio Grande do Norte.

Esse movimento foi um fato histórico muito valorizado pela historiografia clássica norte-riograndense, que assim fazendo buscou consolidar os "heróis" da "pátria" norte-riograndense "naqueles que estiveram à frente dos acontecimentos", os já citados Borges e André de Albuquerque.

Esse tipo de abordagem que a historiografia clássica norte-riograndense deu ao movimento de 1817 esteve coerente com a necessidade de uma busca da identidade histórica do Rio Grande do Norte, na afirmação de sua vocação republicana mediante a exaltação dos mártires daquele movimento.

Nessa perspectiva, esta historiografia refletiu a etapa de consolidação do regime republicano no Brasil, nas primeiras décadas deste século, ocasião em que os estados buscavam afirmar suas especificidades no conjunto da federação.

Diferentemente dos estudos históricos em Pernambuco, onde pesquisas recentes trouxeram novos esclarecimentos sobre o movimento de 1817 neste estado, no Rio Grande do Norte, os estudos históricos não ultrapassaram, até o presente, as narrativas escritas por Lira, Pombo e Cascudo. Neste sentido, é possível afirmar que há uma perpetuação de um pensamento conservador.

Dessa maneira, são desconhecidos os aspectos econômicos, sociais e políticos que motivaram a adesão do Rio Grande do Norte a um movimento iniciado em Pernambuco, assim como são desconhecidos os setores sociais e os respectivos interesses que marcaram a formação de um governo provisório no estado (RN) durante o movimento. Sobre a participação popular, as lacunas são ainda maiores.

Diante deste quadro, e parafraseando a historiadora Emília Viotti para quem o processo de independência do Brasil é pouco conhecido, apesar de bastante estudado, podemos dizer que o movimento de 1817 é um dos temas mais freqüentes e caros à historiografia norte-riograndense e, entretanto, o menos conhecido, já que “tudo” que sabemos por meio desta historiografia é a “Via-Crucis” de André de Albuquerque Maranhão e do Padre Miguelinho.

Para os estudos futuros que se proponham a resgatar aspectos não contemplados na historiografia clássica norte-riograndense a respeito de 1817, cabe-nos afirmar que terão de partir de uma análise crítica desta historiografia, o que significa uma análise historiográfica.

BIBLIOGRAFIA

- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1968, p. 75-139.
- DIAS, Margarida dos Santos. "Intrepida ab Origine" (O Instituto Histórico e Geográfico paraibano e a Historiografia local (1905-1930). João Pessoa, 1994. 96p. (Mimeo)
- FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- GONDIM, Izabel. *Sedição de 1817 na capitania ora Estado do Rio Grande do Norte*. Natal:[s.n.], 1908.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto histórico e geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da civilização Brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1965, t. 2, v. 3.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: FUNDAJ / Ed. Massangana, 1988.
- LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1921.
- LIRA, Carlos. Prefácio, In: LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- MENEZES, Karla. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902-1907)*. Natal, 1997. Monografia (Graduação em História) – UFRN.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia da Revolução no Brasil, 1789-1801*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ed. Ática, 1985.
- _____. (Org.). *1822 Dimensões*. São Paulo. Ed. Perspectivas, 1986.

- _____. *Nordeste 1817: estrutura e argumentos*. São Paulo: Perspectivas, Ed. Universidade de São Paulo, 1972.
- _____, NOVAIS, Fernando. *A Independência Política do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1986.
- OLIVERIA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989.
- OTÁVIO, José. Introdução, In: MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1977.
- POMBO, Francisco da Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: A. Laemmert, 1922.
- TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas – historiografia e história regional. *Caderno de História*. Natal, v. 1, n. 1, p. 8-11, jul./dez., 1994.